

Inacio de Carvalho Neto

Promotor de Justiça no Paraná; Professor Titular de Direito Civil na Faculdade Curitiba; Mestre em Direito Civil pela UEM; Professor de Direito Civil na Uninter, nas Escolas da Magistratura e do Ministério Público; Doutor em Direito Civil pela USP; Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade de Lisboa – Portugal; Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM.

Responsabilidade Civil no Direito de Família

6ª Edição

Revista e Atualizada de acordo a Nova Lei do Divórcio e com a EC que trata do Fim da Separação Judicial e do Prazo para o Divórcio, incluindo as Leis da Separação e Divórcio em Cartório, da Guarda Compartilhada, dos Alimentos Gravídicos e do Direito de Visita aos Avós

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9485-8



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Carvalho Neto, Inacio de.

C331 Responsabilidade civil no direito de família./ Inacio
de Carvalho Neto./ 6ª edição./ Curitiba: Jurua, 2020.
544p.

1. Direito de família. I. Título.

CDD 346.015

CDU 347.6

000002

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 NOÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	23
1.1 DIVERSOS SENTIDOS DA PALAVRA RESPONSABILIDADE	23
1.1.1 Origem da Palavra.....	23
1.1.2 Responsabilidade como Aspecto da Obrigação.....	24
1.1.3 Responsabilidade como Obrigação de Reparar o Dano.....	25
1.2 DEFINIÇÃO.....	26
1.2.1 Introdução	26
1.2.2 A Definição de Responsabilidade no Direito Romano	26
1.2.3 Definição de Responsabilidade Civil na França.....	27
1.2.4 A Definição na Alemanha	31
1.2.5 A Definição na Itália	32
1.2.6 O Direito Brasileiro.....	33
1.3 RESPONSABILIDADE PENAL E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	35
1.3.1 Ausência de Distinção	35
1.3.2 Ilícito Civil e Ilícito Penal	35
1.3.3 Distinção Clássica	36
1.3.4 Críticas à Doutrina Clássica	37
1.3.5 Distinção Moderna	38
1.4 RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL	39
1.4.1 Ilícito Contratual e Extracontratual	39
1.4.2 Distinção	40
1.4.3 Disciplina Conjunta ou Separada	41
1.5 RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA.....	43
1.5.1 Distinção	43
1.5.2 Coexistência das Teorias.....	44
1.5.3 Regra Geral da Responsabilidade Civil.....	45
1.6 PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO.....	47
1.6.1 Generalidades.....	47
1.6.2 Ação ou Omissão do Agente	48

1.6.3	Dolo ou Culpa do Agente	49
1.6.3.1	Regra Geral	49
1.6.3.2	Exceções	49
1.6.3.3	Definição de Culpa.....	50
1.6.3.4	Distinção entre Dolo e Culpa	50
1.6.3.5	Dolo Direto ou Eventual	51
1.6.3.6	Imperícia	52
1.6.4	Dano	53
1.6.4.1	Conceito	53
1.6.4.2	Ausência de Dano	53
1.6.4.3	Dano Reflexo	55
1.6.4.4	Dano Moral	56
1.6.5	Relação de Causalidade	59
1.6.5.1	Conceito	59
1.6.5.2	Causalidade Múltipla	60
1.7	DA NÃO CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE	63
1.7.1	Introdução.....	63
1.7.2	Estado de Necessidade.....	64
1.7.3	Legítima Defesa.....	66
1.7.4	Estrito Cumprimento do Dever Legal.....	67
1.7.5	Exercício Regular de um Direito	68
1.7.6	Culpa Exclusiva da Vítima	68
1.7.7	Culpa Concorrente da Vítima	69
1.7.8	Caso Fortuito e Força Maior.....	71
1.7.9	Fato de Terceiro.....	74
1.7.10	Cláusula de Não Indenizar	75
1.7.11	Prescrição	75
1.7.12	Renúncia.....	76
1.7.13	Erro.....	77
1.7.14	Consentimento do Ofendido	77
1.8	LIQUIDAÇÃO DO DANO.....	78
2	NOÇÕES SOBRE CASAMENTO.....	85
2.1	ORIGEM.....	85
2.2	NATUREZA JURÍDICA	87
2.3	DEFINIÇÃO	94
2.4	FINS DO CASAMENTO.....	95
2.5	ELEMENTOS DO CASAMENTO.....	96
2.6	DEVERES DO CASAMENTO	98
2.6.1	Introdução.....	98
2.6.2	Fidelidade Recíproca	99

2.6.3	Vida em Comum no Domicílio Conjugal.....	110
2.6.4	Mútua Assistência	119
2.6.5	Sustento, Guarda e Educação dos Filhos.....	122
2.6.6	Respeito e Consideração Mútuos	123
2.6.7	Extinção dos Deveres	123
3	NOÇÕES SOBRE DISSOLUÇÃO DO MATRIMÔNIO	127
3.1	MODALIDADES	127
3.2	MORTE	127
3.3	O SISTEMA DUPLO: SEPARAÇÃO JUDICIAL – DIVÓRCIO	130
3.4	ESCORÇO HISTÓRICO.....	132
3.4.1	O Direito Pré-Codificado	132
3.4.2	A Dissolução da Sociedade Conjugal no Código Civil de 1916.....	134
3.4.3	A Dissolução no Direito Constitucional	136
3.4.4	A Emenda 9/1977.....	140
3.4.5	A Lei 6.515/1977	143
3.4.6	A Constituição de 1988	144
3.4.7	As Modificações Posteriores à Constituição de 1988.....	144
3.4.8	O Código Civil de 2002 e a Legislação Posterior.....	146
3.4.9	O Projeto de Lei 9.041/2017 (Nova Lei do Divórcio).....	147
3.5	DIREITO COMPARADO	154
3.5.1	Justificativa	154
3.5.2	Direito Francês	154
3.5.3	Direito Português	167
3.5.4	Direito Germânico.....	170
3.5.5	Direito Italiano	172
3.5.6	Direito Espanhol.....	178
3.5.7	Direito Argentino	180
3.5.8	Direito Canônico	183
3.6	SEPARAÇÃO JUDICIAL.....	188
3.7	DIVÓRCIO.....	192
3.7.1	Generalidades.....	192
3.7.2	Questão Terminológica	193
3.7.3	Matrimônio Religioso	193
3.7.4	Espécies.....	196
4	NOÇÕES SOBRE ALIMENTOS	197
4.1	CONCEITO.....	197
4.2	NATUREZA JURÍDICA.....	197
4.3	CARACTERÍSTICAS	201
4.4	CLASSIFICAÇÃO	203
4.4.1	Alimentos <i>Necessarium Vitae</i> e <i>Necessarium Personae</i>	203

4.4.2	Alimentos Definitivos e Provisórios	203
4.4.3	Alimentos Provisórios e Provisionais	205
4.5	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E PENSÃO ALIMENTÍCIA	206
4.6	ALIMENTOS NA SEPARAÇÃO LITIGIOSA CULPOSA	207
4.6.1	Pressupostos.....	207
4.6.2	Culpa Recíproca.....	209
4.6.3	Pensão ao Culpado.....	210
4.7	PENSÃO NA SEPARAÇÃO LITIGIOSA SEM CAUSA CULPOSA	210
4.8	PENSÃO ALIMENTÍCIA NA AÇÃO DIRETA DE DIVÓRCIO	213
4.9	VALOR DA PENSÃO.....	216
4.9.1	Possibilidade e Necessidade	216
4.9.2	Crítério Prevalente	219
4.9.3	Preservação do <i>Status Quo</i>	220
4.10	REVISÃO DO VALOR	222
4.10.1	Possibilidade de Revisão	222
4.10.2	Alteração dos Fatores.....	223
4.10.3	Alteração da Situação	224
4.10.4	Novo Casamento do Devedor	225
4.11	EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO	227
4.12	A TRANSMISSIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	234
5	INDENIZAÇÃO PELA DISSOLUÇÃO CULPOSA DA SOCIEDADE CONJUGAL	239
5.1	SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA CULPOSA.....	239
5.1.1	Causas Legais	239
5.1.2	Insuficiência da Insuportabilidade	244
5.1.3	Causas Peremptórias e Causas Facultativas.....	247
5.1.4	Conduta Desonrosa	248
5.1.5	Insuportabilidade da Vida em Comum	251
5.1.5.1	Introito.....	251
5.1.5.2	Presunção de Insuportabilidade.....	251
5.1.5.3	O Perdão e a Insuportabilidade.....	253
5.1.6	Culpa Recíproca.....	258
5.1.6.1	Admissibilidade.....	258
5.1.6.2	Conexão e Reconvenção	259
5.1.6.3	Abuso do Direito de Ação.....	261
5.1.6.4	Culpa Decorrente	263
5.1.7	Imputação e Causa de Pedir.....	267
5.2	INDENIZAÇÃO NO DIREITO COMPARADO	271
5.2.1	Justificativa.....	271

5.2.2	Direito Francês	271
5.2.3	Direito Português	278
5.2.4	Direito Peruano	280
5.3	REPARAÇÃO CIVIL NA DISSOLUÇÃO CULPOSA	280
5.4	ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À INDENIZABILIDADE DO ATO CUL- POSO	281
5.5	CONTRARIEDADE À MORAL E AOS BONS COSTUMES	281
5.6	AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO EXPRESSO	282
5.7	OS ALIMENTOS COMO INDENIZAÇÃO	283
5.7.1	Introito	283
5.7.2	Teorias Sobre a Natureza Jurídica da Obrigação	284
5.7.3	Refutação à Teoria dos Alimentos como Indenização	289
5.8	SUCUMBÊNCIA	294
5.9	DIVERSIDADE DE ESFERAS JURÍDICAS ATINGIDAS	294
5.10	CABIMENTO DA INDENIZAÇÃO	294
5.11	ABATIMENTO DA VERBA ALIMENTAR	297
5.12	DANOS DERIVADOS DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER CONJUGAL E DANOS DERIVADOS DO ROMPIMENTO MATRIMONIAL	297
5.13	CUMULAÇÃO DE DEMANDAS	299
5.14	CULPA RECÍPROCA	300
5.15	RESPONSABILIDADE CONTRATUAL OU EXTRA CONTRATUAL	301
5.16	NÃO CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE	302
5.17	CONDENAÇÃO CRIMINAL	304
5.18	AS CAUSAS EM ESPÉCIE	305
5.18.1	Introito	305
5.18.2	Adultério	306
5.18.3	Injúria Grave	308
5.18.4	Abandono Injusto do Lar	308
5.18.5	Recusa ao Ato Sexual	309
5.18.6	Ato Sexual Anormal	310
5.18.7	Transmissão de Doenças	310
5.18.8	Atentado Contra a Vida	311
5.18.9	Sevícias	312
5.18.10	Ofensas à Honra	315
5.18.11	Imputação de Fatos Ofensivos em Juízo	316
5.18.12	Demanda de Interdição	318
5.18.13	Simulação de Gravidez	318
5.18.14	Maus-tratos aos Filhos	319
6	INDENIZAÇÃO NAS DISSOLUÇÕES NÃO CULPOSAS	321
6.1	JUSTIFICATIVA	321

6.2	NOÇÕES SOBRE SEPARAÇÃO LITIGIOSA NÃO CULPOSA	322
6.2.1	Generalidades	322
6.2.2	Separação por Ruptura da Vida em Comum.....	323
6.2.3	Separação por Doença Mental	325
6.2.3.1	Admissibilidade.....	325
6.2.3.2	Requisitos.....	326
6.2.3.3	Doença Mental Grave.....	326
6.2.3.4	Doença Manifestada Após o Casamento	327
6.2.3.5	Prazo Legal	329
6.2.3.6	Cura Improvável.....	329
6.2.4	Penalidade ao Autor.....	330
6.2.5	Cláusula de Dureza	335
6.3	NOÇÕES SOBRE DIVÓRCIO DIRETO	336
6.3.1	Generalidades	336
6.3.2	Admissibilidade	337
6.3.3	Litigio Mitigado.....	338
6.3.4	Prazo de Separação de Fato	339
6.3.5	Divórcio Direto a Cônjuges Separados Judicialmente	342
6.3.6	Inaplicações	343
6.3.7	Partilha.....	345
6.3.8	Objeto de Prova	348
6.4	REPARAÇÃO CIVIL NA SEPARAÇÃO NÃO CULPOSA	350
6.5	REPARAÇÃO NO DIVÓRCIO DIRETO	354
7	REPARAÇÃO CIVIL NA OPOSIÇÃO INFUNDADA DE IMPEDIMENTO MATRIMONIAL E NA ANULAÇÃO DO CASAMENTO.....	357
7.1	JUSTIFICATIVA PRÉVIA	357
7.2	NOÇÕES SOBRE IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS	357
7.2.1	Incapacidade e Impedimentos	357
7.2.2	Classificação dos Impedimentos Matrimoniais.....	359
7.2.3	Impedimentos Absolutamente Dirimentes	362
7.2.4	Impedimentos Relativamente Dirimentes	372
7.2.5	Impedimentos Meramente Proibitivos	383
7.2.6	Oposição dos Impedimentos	384
7.3	NOÇÕES SOBRE ANULAÇÃO DO CASAMENTO.....	385
7.3.1	Introdução.....	385
7.3.2	O Sistema de Nulidades do Casamento	386
7.3.3	Casamento Inexistente	388
7.3.3.1	Origem	388
7.3.3.2	Inexistência e Nulidade	388
7.3.3.3	Hipóteses de Inexistência	391
7.3.3.4	Identidade de Sexos.....	392

7.3.3.5	Falta de Celebração.....	393
7.3.3.6	Ausência de Consentimento.....	394
7.3.4	Anulação por Infração a Impedimento Absolutamente Dirimente	394
7.3.5	Anulação por Enfermidade Mental.....	395
7.3.6	Anulabilidade pela Incompetência da Autoridade Celebrante.....	395
7.3.7	Anulabilidade do Casamento por Infração aos Impedimentos Relativamente Dirimentes	396
7.3.8	Anulabilidade por Erro Essencial Quanto à Pessoa do Outro Cônjuge	398
7.3.9	Outros Vícios do Consentimento.....	400
7.4	CASAMENTO PUTATIVO.....	403
7.4.1	Conceito	403
7.4.2	Coação e Putatividade	404
7.4.3	Erro de Fato e Erro de Direito	405
7.4.4	Efeitos	405
7.4.5	Necessidade de Requerimento.....	407
7.4.6	Casamento Inexistente Putativo	408
7.5	RELAÇÃO ENTRE A ANULABILIDADE DO CASAMENTO E A SEPARAÇÃO CULPOSA	410
7.6	RESPONSABILIDADE CIVIL PELA OPOSIÇÃO INFUNDADA DO IMPEDIMENTO.....	413
7.7	INDENIZAÇÃO NAS HIPÓTESES DE CASAMENTO INEXISTENTE.....	416
7.8	REPARAÇÃO CIVIL NA ANULAÇÃO DO CASAMENTO	417
7.8.1	Cabimento da Indenização	417
7.8.2	Causas Ligadas aos Impedimentos.....	418
7.8.2.1	Introito	418
7.8.2.2	Bigamia	419
7.8.2.3	Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento.....	420
7.8.3	Anulação por Falta de Competência da Autoridade Celebrante.....	421
7.8.4	Anulação por Erro Essencial	422
8	INDENIZAÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO DA PROMESSA DE CASAMENTO	423
8.1	NOÇÕES SOBRE ESPONSAIS	423
8.1.1	Definição.....	423
8.1.2	Origem	424
8.1.3	Validade	425
8.2	NATUREZA JURÍDICA.....	429
8.3	INDENIZAÇÃO NOS ESPONSAIS.....	431
8.4	ARGUMENTOS CONTRÁRIOS	434
8.5	REFUTAÇÃO DAS TESES CONTRÁRIAS	435
8.6	REQUISITOS.....	436
8.6.1	Introito.....	436

8.6.2	Pessoalidade da Promessa.....	437
8.6.3	Arrependimento.....	441
8.6.4	Injustiça do Arrependimento.....	442
8.6.5	Dano.....	445
8.6.5.1	Introito.....	445
8.6.5.2	Extensão do Dano.....	445
8.6.5.3	Perdas.....	446
8.6.5.4	Danos Não Indenizáveis.....	448
8.6.5.5	Dano Moral.....	450
8.6.6	Possibilidade Jurídica do Casamento.....	451
8.7	QUESTÕES CORRELATAS.....	452
8.8	CASUÍSTICA.....	458
9	INDENIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE PATERNIDADE.....	467
9.1	INTROITO.....	467
9.2	NOÇÕES SOBRE PATERNIDADE E FILIAÇÃO.....	468
9.2.1	A Presunção <i>Pater Is Est</i>	468
9.2.2	Filiação Havida Fora do Matrimônio.....	471
9.2.3	Ação de Investigação de Paternidade.....	473
9.2.4	Improcedência da Ação.....	476
9.2.5	Alienação Parental.....	483
9.3	INDENIZAÇÃO NA IMPROCEDÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE POR FALTA DE PROVAS.....	484
9.4	IMPUTAÇÃO DE PATERNIDADE EQUIVOCADA.....	485
9.5	RECUSA AO RECONHECIMENTO.....	487
9.5.1	Introito.....	487
9.5.2	Argumentos Contrários.....	487
9.5.3	Cabimento da Indenização.....	487
9.5.4	Casuística.....	489
9.5.5	Dano Moral.....	490
9.5.6	Dano Material.....	491
9.5.7	Cumulação de Ações.....	491
9.6	OCULTAÇÃO DA PATERNIDADE PELA MÃE.....	492
9.7	ADMINISTRAÇÃO E USUFRUTO LEGAL DOS BENS DOS FILHOS.....	494
9.8	SUCCESSÃO.....	497
	CONCLUSÕES.....	499
	REFERÊNCIAS.....	505
	ÍNDICE REMISSIVO.....	521